



PODER / Até aliados do governo pressionam pela saída do titular da Educação, Milton Ribeiro, que revelou dar atendimento preferencial a pastores na liberação de verbas para prefeituras. Ele e Bolsonaro são alvo de ações de parlamentares

Centrão se junta à ofensiva contra ministro

» TAÍSA MEDEIROS
» MICHELLE PORTELA

As denúncias de um gabinete paralelo de pastores com atuação no Ministério da Educação fizeram o titular da pasta, Milton Ribeiro, e o presidente Jair Bolsonaro (PL) virarem alvo de pedidos de investigação, protocolados por parlamentares, no Supremo Tribunal Federal (STF), na Procuradoria-Geral da República (PGR) e no Tribunal de Contas da União (TCU). Até mesmo o Centrão pressiona pela saída do ministro.

As ofensivas foram deflagradas após a divulgação de um áudio no qual Ribeiro revela que, por ordem de Bolsonaro, dá atendimento preferencial a pastores na liberação de verbas para prefeituras. Nesse gabinete paralelo, os líderes evangélicos Gilmar Silva dos Santos e Arilton Moura intermediavam diretamente com o ministro a destinação de recursos. Os dois religiosos não têm vínculo com a pasta nem com o setor da Educação.

“Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar (Santos)”, afirmou Ribeiro, que é pastor evangélico, em reunião com dirigentes municipais dentro do ministério. “A minha prioridade é atender, primeiro, os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar”, acrescentou. O áudio foi divulgado pela *Folha de S. Paulo*. Na semana passada, o *Estadão* já havia revelado a existência do gabinete paralelo de pastores com atuação no MEC.

No Congresso, até mesmo aliados do governo pedem a apuração do caso e cobram a saída de Ribeiro. O PL, o Republicanos e o PP, partidos do Centrão, estão de olho na vaga. A intenção agora, às vésperas das eleições, é que o ministro seja substituído por um político evangélico ligado ao grupo.

O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, afirmou que Ribeiro não

chegou ao governo pelas mãos dos evangélicos. O parlamentar demonstrou irritação com o gabinete paralelo comandado por pastores e disse que eles não têm ligação com os deputados do seguimento. “Quais pastores? Aqueles dois pastores Zé Ruela? Não conheço, nunca vi, só o ministro pode explicar”, afirmou.

Ontem, parlamentares acionaram órgãos de controle. O senador Fabiano Contarato (PT-ES) apresentou notícia-crime no STF pedindo a investigação de Ribeiro por eventual “crime de advocacia administrativa”. Já o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), os deputados Tabata Amaral (PSB-SP) e Felipe Rigoni (União Brasil-ES) e o secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha (PSD-RJ), entraram com representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro por improbidade administrativa. “Não podemos tratar a corrupção e o tráfico de influência com normalidade”, escreveu Vieira no Twitter.

A bancada do PSol na Câmara protocolou uma representação no TCU e no Ministério Público Federal (MPF) contra Bolsonaro, Ribeiro e os dois líderes evangélicos.

CPMI

O presidente da Frente Parlamentar Mista pela Educação, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), protocolou requerimento para a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) destinada a investigar crimes comuns, de responsabilidade e de improbidade administrativa na liberação de verbas pelo MEC.

O objetivo é investigar eventual ocorrência dos crimes de tráfico de influência, emprego irregular de verbas públicas, advocacia administrativa, corrupção ativa e passiva, usurpação de função pública e crimes de responsabilidade.

Ribeiro também é alvo de requerimentos para que preste esclarecimentos na Câmara. (**Com Agência Estado**)

Isaac Nóbrega/PR



Milton Ribeiro disse que os recursos não são usados para favorecer grupos específicos

Ribeiro nega favorecimento

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, negou, ontem, que o presidente Jair Bolsonaro tenha pedido atendimento preferencial a pastores na liberação de recursos para municípios.

Em nota, Ribeiro disse que, desde fevereiro de 2021, foram atendidos, in loco, 1.837 municípios em todas as regiões do país, em reuniões “eminente-mente técnicas” organizadas por parlamentares e gestores locais, registradas na agenda pública da pasta. “Registro, ainda, que o presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém. Solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem”, acrescentou.

O titular da Educação negou qualquer irregularidade e disse

que o fato de ser evangélico não influencia no modo como comanda a pasta. “Independentemente de minha formação religiosa, que é de conhecimento de todos, reafirmo meu compromisso com a laicidade do Estado, compromisso esse firmado por ocasião do meu discurso de posse à frente do Ministério da Educação”, acrescentou.

De acordo com Ribeiro, a liberação das verbas precisa atender a critérios. Ele disse que os recursos não são usados para favorecer grupos específicos. “Diferentemente do que foi veiculado, a alocação de recursos federais ocorre seguindo a legislação orçamentária, bem como os critérios técnicos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FN-DE)”, declarou.



Registro, ainda, que o presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém. Solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem”

Trecho da nota do ministro Milton Ribeiro

Pacheco e Lira reagem

Diante da denúncia envolvendo o Ministério da Educação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que não pode haver dúvidas sobre o trabalho do ministro Milton Ribeiro. O deputado frisou, contudo, não ter ouvido o áudio em que o titular da pasta disse atender às demandas do grupo de religiosos a pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

“Eu não sei em que quadrante, em que situação ele falou isso. Ele é que tem que se explicar com relação a isso. Não pode haver dúvidas com relação à seriedade tanto do trabalho do ministro quanto do ministério”, destacou Lira. “Eu já soube que houve pedidos de posicionamento, inclusive por parte da bancada evangélica. Vamos esperar com serenidade para ver o que acontece”, acrescentou.

Na mesma linha, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ressaltou que o caso tem de ser explicado. “Precisa ser esclarecido, demonstrar, eventualmente, que não há qualquer tipo de favorecimento”, comentou.

Prefeitos

A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) reagiu, em nota, às denúncias. A entidade classificou a movimentação no MEC como “lamentável” e afirmou que o país não pode “silenciar”. “Prefeitas e prefeitos afirmam que o Brasil não pode silenciar diante de uma situação tão injusta do uso do dinheiro público”, diz o comunicado.

Prefeitos criticam a prioridade dada pelo MEC a alguns municípios em detrimento de outros, conforme a escolha dos líderes religiosos. “A Constituição Federal garante o Estado laico, e a distribuição de recursos para a educação deve atender critérios técnicos para diminuir injustiças e injustiças existentes no país”, enfatiza.



ALEXANDRE GARCIA

TESTEMUNHAMOS UMA SÉRIE DE GRAVÍSSIMAS INFRAÇÕES À CONSTITUIÇÃO, DESDE O PRETEXTO DA PANDEMIA, INCLUÍDO ATÉ O DESRESPEITO À INVIOABILIDADE DO MANDATO PARLAMENTAR, SOB O SILÊNCIO VERGONHOSO DO CONGRESSO

Recados telegráficos

O bloqueio do Telegram, que atingiu de 50 a 70 milhões de brasileiros, e seu desbloqueio, dois dias depois, deixou algumas mensagens telegráficas para a cidadania. Primeiro, que não se respeita a Constituição, sob o silêncio vergonhoso de muitos. Alegando questões administrativas, na verdade se faz censura, contrariando o artigo 5º, cláusula pétrea, que assegura a livre manifestação do pensamento, vedado o anonimato, e garante a inviolabilidade das comunicações; e o art. 220, que proíbe a censura ou qualquer restrição sobre a informação e a expressão sob qualquer forma, processo ou veículo. Se

for para pegar um criminoso, por calúnia, injúria, difamação, pedofilia, tráfico, por plataformas digitais, que se descubra o autor para flagrá-lo, mas é exorbitante punir genericamente quem usa a plataforma para conversar ou exercer sua profissão. Isso é censura prévia, além de pressupor que todos são suspeitos. Isso contraria os mais primeiros princípios de direito.

Segundo, porque em país livre não há tutores da cidadania; não há um Big Brother, como no livro de Orwell, a criar um Ministério da Verdade. Impossível um regime democrático ter alguém que determine, acima da Constituição,

o que as pessoas podem ver, ouvir, ler e dizer. Terceiro, porque o único dono da Constituição é o povo; a Constituição atribui ao Supremo a guarda da lei maior — são os Onze Zelotes, os zeladores dessa arca da aliança com a democracia, que é a Constituição, que Ulisses chamava de cidadã. Mas não são eles que podem mudá-la. O Congresso é que tem esse poder, mas o Congresso se conseguiu 60% dos votos de cada Casa, em duas votação cada uma. Mas impossível mudar cláusula pétrea, como é o art. 5º, já tantas vezes desobedecido, a não ser com a eleição de uma nova assembleia constituinte. No entanto,

testemunhamos uma série de gravíssimas infrações à Constituição, desde o pretexto da pandemia, incluído até o desrespeito à inviolabilidade do mandato parlamentar, sob o silêncio vergonhoso do Congresso.

É óbvio, mas é preciso lembrar que, para fazer leis ou mudá-las, só com mandato popular conferido aos deputados e senadores. Para governar, exercer a administração pública, só tendo dezenas de milhões de votos para eleger um presidente da República. Assim, legislar e administrar é para quem tem voto, mandato conferido pelo povo, que é a origem do poder. Está nos dois primeiros

artigos da Constituição e fala em três poderes independentes e harmônicos. Harmonia é quando um poder respeita a independência dos outros. Entre os poderes, uns fiscalizam os outros, e todos são fiscalizados pelo cidadão eleitor e pagador de impostos. O Legislativo fiscaliza os demais poderes; em especial o Senado fiscaliza e pode julgar ministro do Supremo, mas há um clamor contra o silêncio daquela Casa.

Senadores cobraram, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, postou que “descumprir a Constituição, aviltá-la e criticá-la severamente como se fosse um pedaço de papel, é

algo muito nocivo para o nosso país. Constituição não é apenas um pedaço de papel. Ela deve ser respeitada e cumprida por todos”. Só não citou a quem ele se dirige. Não lembro de críticas severas à Constituição, a ponto de merecer essa citação, mas não cumpri-la, não é apenas “algo muito nocivo”, é crime contra a maior das leis. Se praticado por autoridade, exige providência legal. Fico imaginando se o presidente do Senado pretende apenas apagar os senadores que cobram dele uma posição de defesa da Constituição contra os que deveriam protegê-la, mas a ignorar. Mas palavras não substituem atos.